

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO:** o discurso da empregabilidade na formação dos jovens na escola de Educação Profissional em Parnaíba/PI.

## 1. INTRODUÇÃO

A escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas só com o olho certo e a mão firme. Mesmo através da cultura profissional é possível fazer que surja da criança o homem, contanto que se trate de cultura educativa e não só informativa, ou não só prática manual. (GRAMSCI, 2010, p.67)

A educação profissional e tecnológica tem se tornado uma modalidade de ensino em expansão no nosso país com as políticas de incentivo em âmbito Federal a partir do ano de 2003 no governo de Luís Inácio Lula da Silva com propostas de desenvolvimento social e sustentável no discurso de possibilitar aos jovens maiores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Para a compreensão do que impulsionou esse modelo é necessária uma análise da dinâmica de mercado que passou a exigir um profissional técnico/especializado vinculado as necessidades do modo de produção capitalista contemporâneo. Em confluência com esse contexto, problematizamos neste estudo como tem se constituído a relação das políticas de educação profissional e tecnológica no Brasil com a perspectiva do desenvolvimento social e sustentável.

Refletimos como a formação técnica e profissional tem se consolidado com a demanda das atividades desse profissional, vez que as exigências do mercado tornam a escolha dessa modalidade de ensino atraente para os jovens, principalmente, os que vêm das camadas mais baixas da sociedade, e encontram na formação técnica uma oportunidade de ingressar mais cedo no mercado de trabalho.

A educação profissional e tecnológica passou a integrar a lei 9.394/96 de diretrizes e bases da educação em 2008, tornando a sua oferta obrigatoriedade dos Estados e Municípios, “a nova redação dos artigos 37, 39, 41 e 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) propõe que a educação profissional integre-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. (BRASIL, MEC, 2008). Sob esse aspecto as propostas de educação profissional apresentam-se como perspectiva para o plano de desenvolvimento da educação (PDE) e visa se articular com as políticas de desenvolvimento social e sustentável no âmbito do modo de produção capitalista.

Posto isso, procuramos neste estudo analisar uma experiência de educação tecnológica e profissional direcionada para o Centro Estadual de Educação Profissional Ministro Petrônio Portella – CEEP, em Parnaíba/Piauí, que é uma instituição que oferece educação técnica profissionalizante integrada ao ensino médio, com duração de quatro anos cada curso, vez que, esta é uma das modalidades que está em vigor com o a aprovação do Decreto 5.154/2004 reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases de educação nacional, em que “no Capítulo II do

Título V da LDB O dispositivo propõe que o ensino médio, atendido a formação geral do estudante, prepare para o exercício de profissões técnicas”. (BRASIL, MEC, 2008).

Algumas indagações direcionaram nosso estudo, na tentativa de compreender de que forma essa política de educação profissional tem sido exequível na instituição pesquisada, assim indagamos se a educação profissional nessa instituição de ensino tem garantido, efetivamente, a formação geral e técnica? A relação entre a formação dos jovens dessa instituição e a falácia da empregabilidade?

Essa pesquisa é de cunho qualitativo em que utilizamos análise de documentos primários da instituição para verificar as políticas de educação profissional e tecnológica que embasam as práticas dessa modalidade de ensino, realizamos entrevista semiestruturada com a coordenadora pedagógica e a diretora da instituição pesquisada. O estudo trouxe reflexões que foram fundamentadas sob a perspectiva de teóricos e pesquisadores que se empenham em pesquisar essa temática, ressaltamos o caráter da perspectiva do materialismo histórico dialético que permeia nossas análises.

## **2. A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL TÉCNICO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL**

A educação técnica e profissional, historicamente, se constituiu enquanto modalidade de educação destinada aos filhos da classe trabalhadora como possibilidade de ingressar no mercado de trabalho e garantir uma formação para esses jovens trabalhadores, em confluência com essa perspectiva surge a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Nessa perspectiva, surgem contradições no processo de formação desse público, em que se evidencia o caráter classista do fenômeno investigado, pois ao analisar um plano de curso, em nossa pesquisa no Centro Estadual de Educação Profissional Ministro Petrônio Portella – CEEP, em Parnaíba/PI, encontramos a seguinte narrativa “existe uma carga de preconceito que historicamente circunda a Educação profissional, até mesmo as leis orgânicas da década de 40 retratam esse estereótipo e trazem textualmente que educação profissional é destinada para os filhos de operário e desvalidos da sorte” (CEEP, 2008, p. 4).

Esse trecho da justificativa do plano de curso traz elementos que mostram o quanto a educação técnica e profissional está atrelada a uma a lógica do sistema capitalista e suas ideologias de divisão de classes no âmbito das relações de produção, em que para Gramsci é necessário denunciar o caráter ideológico da dualidade entre ensino clássico e ensino técnico que reflete a divisão social entre o trabalho intelectual e o trabalho manual (*apud* MONASTA, p. 22)

Na tentativa de suplantar essa visão, verificamos que a reformulação da proposta política pedagógica através da implantação das novas políticas de educação profissional e tecnológica, especificamente, as que norteiam o ensino médio integrado, surgem como possibilidade de construir uma práxis educativa direcionada para a formação geral e técnica, assim encontramos a seguinte informação:

O Centro de Educação Profissional Ministro Petrônio Portella se constitui num espaço vivo e dinâmico da educação tecnológica com a finalidade de formar e qualificar profissionais nos níveis básico e técnico de ensino, em estreita articulação com as demandas sociais e produtivas da sociedade fornecendo mecanismos para a educação continuada e possibilitando a

realização e o desenvolvimento dos saberes humanísticos, técnicos e científicos. (CEEP, 2008, p.5)

Essa reformulação da proposta de educação profissional e tecnológica permeia os programas que foram criados para tornar atraente aos jovens a educação profissional e atender uma demanda de mercado que necessita de um profissional mais qualificado, vez que, o aluno tem a oportunidade de concluir o ensino médio com uma habilitação profissional/técnica. Neste contexto constatamos a perspectiva de educação profissional e tecnológica norteadas por programas como o Brasil Profissionalizado que segundo Sousa (2011):

Foi instituído, no âmbito do Ministério da Educação, pelo Decreto Nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, para estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. (p.110).

Esse programa, portanto, condiz com a modalidade de ensino proposta pelo CEEP, instituição que oferta educação técnica e profissional integrada ao ensino médio desde 2006, quando houve uma mudança na perspectiva de oferta do ensino técnico. Em entrevista com a coordenadora da instituição ela explica que

A instituição recebia o nome de premem e ofertava uma modalidade de educação profissional técnica com duração de três anos, o aluno saía apenas com habilitação técnica, devendo cursar o ensino médio em outra instituição, depois por conta de um novo decreto a partir de 2006 a instituição teve que adotar a modalidade de educação profissional integrada ao ensino médio com duração de quatro anos. (Abril de 2012).

Essa mudança segundo Sousa *et al* (2011) faz parte de uma revogação do Decreto Nº 2.208/97 que separava a educação profissional e a educação básica em virtude do Decreto Nº 5.154, 23 de julho de 2004, que permite, de forma flexível, desenvolver educação integrada. Quando entra em vigor esse Decreto a instituição que é estadual passou ofertar uma educação profissional técnica de nível médio, tendo cada curso duração de 04 anos.

Nessa modalidade de ensino encontramos a reformulação das necessidades de implantar a educação técnica e profissional como perspectiva para um desenvolvimento social e a proposta de suplantar a dicotomia entre conhecimento teórico e conhecimento prático em que consta na organização do modelo integrado que esse Decreto reafirma o mínimo de 2.400 horas para o cumprimento das finalidades do ensino médio, preservando as diretrizes da lei 9.394/1996, sendo o restante da carga horária definida conforme o perfil delineado para cada habilitação profissional (OLIVEIRA, p. 93, 2005). No entanto, continuando a entrevista com a coordenadora ela nos informa que a instituição também oferta educação profissional independente da modalidade integrada ao ensino médio “é um curso com duração de apenas dois anos, em que o estudante sai habilitado profissionalmente”.

Em confluência com o que foi posto, destacamos que o Decreto Nº 5.154/2004 é flexível e deixa margem para a organização do currículo da educação profissional que pode ser ofertada separada do ensino médio. Compreendemos a partir disso que esse modelo de

educação visa atender a lógica do mercado capitalista que necessita de uma reserva de profissionais para sustentar o modo de produção vigente com mão de obra qualificada e especializada que vê na educação, especificamente, no ensino técnico a possibilidade de formar essa massa de trabalhadores, infere-se com isso o que Frigotto (1993) denomina Teoria do Capital Humano compreendendo que “a educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer outro”. (p. 40). Essa concepção está bastante arraigada no pensamento positivista que parece permear a educação formal em todas as suas modalidades, no entanto, destacamos a sua permanência na educação profissional, que só faz sentido se pautar a necessidade de profissionais para o mercado, na tentativa de contribuir para o aumento da produtividade, este é em lócus o modelo de educação que deve preparar exclusivamente para uma determinada atividade, onde se encontra fragmentado as habilidades e o processo educativo.

Neste contexto é importante destacar algumas mudanças nas estruturas de organização e divisão do trabalho e do sistema de produção empreendido por setores industriais que culminou na necessidade de mão de obra técnica e especializada. Essas mudanças intensificaram-se a partir da década de 1990 quando o Brasil inicia um processo de reestruturação produtiva em diversos setores industriais diante da necessidade de dinamizar a produtividade para concorrer com os mercados internacionais, segundo Antunes “foi nos anos de 1990 que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês” (2006, p. 18).

Portanto, passamos de um modelo fordista de produção baseado na “combinação de uma inovação técnica com a divisão taylorista do trabalho que propiciou a produção de mercadorias padronizadas em massa e em série” (FRANCA, p.24, 2007) para um novo modelo advindo da indústria japonesa inspiradas no toyotismo que introduziu os processos de automação, robotização e informatização no modo de produção, intensificados com os sistemas *just-in-time* e *kanban*. No entanto, para Antunes (2006) esses dois modelos ainda coexistem, visto que:

Há uma mescla nítida entre elementos do fordismo, que ainda encontram vigência acentuada, e elementos oriundos das novas formas de acumulação flexível e/ou influxos toyotistas no Brasil.[...] enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviço. (p.19)

É importante destacar esses fatos para a compreensão de que esses processos metamórficos de organização e divisão do trabalho e do modo de produção culminaram com as exigências de qualificação do trabalhador, em que no modelo fordista necessitava-se de um profissional habilitado em apenas uma função, no entanto, com a reestruturação produtiva passou-se a exigir um profissional mais qualificado e polivalente, Oliveira (*apud* Antunes, 2003) expõe que:

Parece não haver dúvidas de que a reorganização capitalista incorpora novos processos de trabalho, nos quais o raciocínio do trabalhador torna-se necessário para o benefício do desenvolvimento tecnológico e do capitalismo. Cada trabalhador, tornando-se mais polivalente, realiza um número maior de operações e substitui outras. (2003, p.86)

É nesse ponto que a educação profissional se insere como possibilidade de formar essa mão de obra qualificada e polivalente, o que se remete o direcionamento das políticas de educação profissional e tecnológica no que concerne a uma formação geral e técnica integrada ao ensino médio. Além disso, o processo de reestruturação produtiva e a intensificação da tecnologia no modo de produção resultaram no desemprego estrutural, em que se passou a exigir maior qualificação do trabalhador e, portanto, dando notoriedade ao discurso da educação como meio para conseguir uma vaga no mercado de trabalho desumano e competitivo. Cria-se a falsa ilusão de que cada um é responsável pela sua situação social, pelo seu fracasso ou sucesso diante das perspectivas que se anunciam, seja no âmbito da educação ou do emprego, vez que, a primeira é condição superposta para a segunda.

Com estas questões as políticas de educação profissional se direcionam para os planos de desenvolvimento social e sustentável visando “formar o trabalhador para responder a demanda do mercado de trabalho em constante mutação, tendo como clientela privilegiada os grupos sociais mais vulneráveis, desempregados, excluídos e jovens com situação de risco social” (SOUSA, 2003, p.41), portanto, os cursos que são oferecidos nas instituições de educação profissional visam qualificar uma mão de obra para atender concomitantemente uma demanda social e econômica, que consiste, por exemplo, em cursos como os que são ofertados no CEEP, onde encontramos Informática; manutenção e suporte; edificações; nutrição e dietética; análises clínicas; enfermagem; saúde bucal; serviço de restaurante e bar; hospedagem.

Esses cursos, no entanto, são destinados muito mais para suprir a demanda do mercado do que para resolver os problemas sociais, vez que, mesmo estando qualificado o pesadelo do desemprego ainda assola muitos dos que apostaram na educação profissional como possibilidade de melhorar suas condições de vida, para Oliveira (2003) “o quadro de desemprego aparece como forte agente disciplinador da força de trabalho, levando o trabalhador a sujeitar-se às formas mais precárias de emprego, aceitar intenso ritmo de trabalho, e comprometer-se com os fins da empresa” (*apud* INVERNIZZI, p. 82). Ainda assim, esses cursos formam profissionais que ocuparão os menores cargos dentro do seu setor de trabalho, reforçando a divisão social do trabalho e contribuindo para a manutenção da estrutura social vigente pautada na desigualdade e exploração da força de trabalho.

Neste ponto é importante destacar a partir da concepção de Frigotto (1993) sobre a teoria do capital humano “que postula uma ligação linear entre desenvolvimento e superação da desigualdade social, mediante a qualificação” (p.20) o quanto essa teoria é reforçada quando se projeta a responsabilidade dos problemas sociais unicamente para âmbito educacional, em que a escolarização é o fator preponderante para as exigências do mercado de trabalho, no entanto, Oliveira (2003) nos adverte de que:

As exigências do aumento nos níveis de escolarização da força de trabalho brasileira não decorrem exatamente pela demanda de um novo perfil

educacional pelas empresas, mas também um resultado da oferta excessiva da força de trabalho, o que permite realizar um processo mais seletivo na contratação. (p.83)

Infere-se nesse contexto que a teoria do capital humano é confrontada com a problemática da sociabilidade do capital que pressupõe a necessidade da existência de uma reserva de trabalhadores (qualificados ou não) para a manutenção da estrutura socioeconômica vigente. A utilização desse discurso como condição de mobilidade social é uma das estratégias do sistema para justificar as desigualdades e a falta de emprego, ao mesmo tempo em que a exigência de qualificação faz com que os jovens permaneçam mais tempo na escola se preparando para o mercado de trabalho que possivelmente, ou não, absorverá sua mão de obra.

Neste ponto devemos destacar como a educação profissional e tecnológica tem sido reivindicada como superação das mazelas sociais postuladas pela perspectiva de desenvolvimento social e sustentável, o que é ainda motivo de uma pesquisa mais aprofundada, vez que, é uma temática que carrega em seu contexto muitas contradições e que necessitam de uma discussão mais acurada, o que nos remete aos estudos de Istvan Mészáros que segundo Sousa (2003) “faz uma crítica ao capitalismo contemporâneo imerso na própria lógica destrutiva, que não encontra limites sequer no iminente esgotamento do planeta” (p.37), compreendendo o pensamento de François Chesnais é importante destacar nessa perspectiva que:

A constituição de um modelo de desenvolvimento social e sustentável contra-hegemônico implica, em primeiro lugar, reconhecer as diferentes propostas de desenvolvimento, a fim de alinhar as práticas educativas aquela que propõe a superação do homem e natureza (SOUSA, 2005, p.39).

A perspectiva do desenvolvimento social e sustentável tem suscitado discussões que envolvem desde a preocupação com a degradação ambiental até problemáticas sociais como a erradicação da pobreza e a luta contra o desemprego, o que torna propícia a relação dessa temática com as políticas de educação profissional e tecnológica. Entretanto, nesse estudo nos detivemos na análise dessa temática relacionada a educação profissional por questões metodológicas da pesquisa .

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Considerando a educação profissional e tecnológica enquanto possibilidade de manutenção da nova sociabilidade do capital pautada na reestruturação produtiva, no desenvolvimento social e sustentável e na reiteração da Teoria do Capital Humano devemos destacar o quanto essa modalidade tem se constituído no Brasil sob o apelo da empregabilidade e do desenvolvimento. A educação sob esses pressupostos tem uma função eminentemente mercadológica que propõe suprir as necessidades do modo de produção capitalista, o que é de fato evidenciado na política de educação profissional e tecnológica.

Portanto, a exigência de formação de um profissional polivalente, com habilitação técnica e geral está determinada pela lógica de mercado que necessita de um profissional mais dinâmico e criativo, o que torna viável a experiência do CEEP ao aderir à educação profissional integrada ao ensino médio, vez que, é avaliada de forma satisfatória pela diretora da instituição quando relata que:

A mudança foi positiva, possibilitou aos alunos a ampliação de conhecimento, porque o aluno não sai daqui só com um conhecimento técnico, também sai com uma base geral. Isso é importante na hora de conseguir um emprego. Principalmente nas empresas conveniadas em que os alunos realizam os estágios, porque têm alunos que fazem o estágio e já conseguem um emprego na empresa que fez o estágio. (Abril, 2012)

Verificamos nesse contexto mais uma vez a permanência da concepção da Teoria do Capital Humano e como “a organização escola, em seus principais aspectos, é uma réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica”. (FRIGOTTO, 1993, p. 48). A educação é vista como possibilidade de mobilidade social e apropriada ideologicamente como propulsora da ordem do capital, estabelece-se a relação formação/qualificação profissional e exploração da força de trabalho.

A partir das análises realizadas nesse estudo é importante ressaltar que a educação profissional e tecnológica torna-se pertinente em momentos de crise do capital, além disso, a qualificação dos jovens para o mercado de trabalho não os exime da precarização social a qual estão submetidos historicamente pela própria dinâmica do sistema.

#### 4. BIBLIOGRAFIA:

- ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: boitempo, 2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22/03/2012.
- CEEP, Centro Estadual de Educação Profissional Ministro Petrônio Portela. **Proposta político pedagógica**. Parnaíba/Piauí, 2008.
- FRANCA, Gilberto Cunha. **O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da general motors em São José dos Campos (SP)**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. Reestruturação produtiva e formação profissional. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de. FIGUEIREDO, Fabio Fonseca (Orgs.). **Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital**. Fortaleza: Editora UFC, 2003. p. 79-89.
- MONASTA, Atílio. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. Recife, editora massangana. 2010.
- SOUZA, Antonia de Abreu. LIMA, Claudio Ricardo Gomes de. OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. **Política pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

\_\_\_\_\_. O financiamento da educação profissional a partir dos anos 90. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de. FIGUEIREDO, Fabio Fonseca (Orgs.). **Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital**. Fortaleza: Editora UFC, 2003. p. 38-47

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs.). **Educação profissional: Análise contextualizada**. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.